



CONFIGURAÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS NO BRASIL: OCASO DA HISTÓRIA E DISTORÇÃO CONSERVADORA-AUTORITÁRIA

Political-ideological configurations in Brazil: decline of history and conservative-authoritarian distortion


Fabio LANZA


Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil
lanza1975@gmail.com; lanza@uel.br
<https://orcid.org/0000-0003-2807-9075> 

Jeferson de Almeida Saraiva NETO

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil
jeffcsociais@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5455-5130> 

José Wilson Assis Neves JÚNIOR

Universidade Estadual Paulista, Marília, Brasil
nevesjr1991@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0692-0740> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Os resultados das últimas eleições no Brasil são a expressão mais explícita das diversas transformações em curso na sociedade brasileira. Após um ciclo (2002-16) de hegemonia política de centro-esquerda no Brasil no Governo Federal, assistimos na conjuntura uma ascensão de movimentos políticos de direita com ampla força social e difusão ideológica. Em meio a esse contexto, pretendemos investigar neste artigo o caráter político-ideológico e o sentido histórico de discursos que circulam na esfera pública de atores e grupos políticos vinculados a esses movimentos emergentes da direita no Brasil. Para subsidiar nossas análises, selecionamos de forma intencional discursos e informações a partir de fontes eletrônicas de acesso público com características que julgamos relevantes para a compreensão da conjuntura recente. De forma geral, foi possível identificar que o processo de emergência de atores políticos de direita com discursos combativos e militantes, trazem à tona características conservadoras, autoritárias e, até mesmo, reacionárias que possuem raízes na história da formação social brasileira. Por fim, assinalamos as tendências de retrocesso do ciclo precário de cidadania social que a sociedade brasileira conheceu no último período, tomando corpo um processo de desdemocratização ainda em curso.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento político brasileiro. Ideologias autoritárias-conservadoras. Crises da democracia.

ABSTRACT

The results of the last elections in Brazil are the most explicit expression of the wide-ranging transformations underway in Brazilian society. After a cycle (2002-16) of center-left political hegemony in Brazil under the Federal Government, we are witnessing the rise of right-wing political movements with ample social force and ideological diffusion. In the midst of this context, we present as a sociological problem, based on the perspective of the works of Lukács (2010; 2018) - to identify the political-ideological character and the historical sense of discourses that circulate in the public sphere of actors and political groups linked to these emerging movements from the right in Brazil? To support our analysis, we intentionally selected speeches and information from publicly available electronic sources with relevant characteristics for understanding the recent situation. In general, it was possible to identify that the emergence process of right-wing political actors with combative and militant discourses, brings to light conservative, authoritarian and even reactionary characteristics that have roots in the history of Brazilian social formation. Finally, we note the regression trends of the precarious cycle of social citizenship that Brazilian society experienced in the last period, taking shape a process of de-democratization still underway.

KEYWORDS: Brazilian political thought. Authoritarian-conservative ideologies. Democracy crises.

1 INTRODUÇÃO

Os resultados das últimas eleições são a expressão mais explícita das amplas transformações em curso na sociedade brasileira. Após anos de hegemonia política de centro-esquerda no Brasil no Governo Federal, na conjuntura contemporânea presenciamos a expansão de movimentos e forças políticas de direita em diversas esferas da vida social. Esse processo não é, contudo, apenas eleitoral, mas encontra repercussão nos mais diversos espaços sociais, em amplo processo de disputa da hegemonia cultural na vida nacional que envolve dimensões estéticas, concepções religiosas, organizações da sociedade civil etc. A dificuldade de abarcar e caracterizar o processo social e político em curso passa, nesse sentido, pela análise de suas múltiplas formas de manifestação, assim como de seus diferentes discursos na esfera pública. Além disso, não é possível conhecer esse novo cenário recorrendo às tradicionais divisões disciplinares ou restringir as análises às fronteiras nacionais, já que se há, certamente, particularidades nacionais em cada um dos grupos e classes que, pela direita, ganharam destaque político em todo o mundo, são notáveis da mesma forma os nexos internacionais e globais do processo de emergência das novas direitas no mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a presença e a força social de uma nova¹ direita na cena política brasileira têm se realizado simultaneamente a uma maior difusão, no campo cultural, de ideias conservadoras, mobilizadas e difundidas por diferentes intelectuais e atores sociais. Com efeito, não se trata aqui apenas de uma intervenção mais destacada de intelectuais no debate público, com a enunciação de argumentos em defesa de uma agenda de ideias centrada na sustentação do liberalismo econômico, como classicamente podemos verificar no interior dos conflitos ideológicos da esfera pública nacional - a exemplo de intelectuais como Gustavo Franco, Marcos Lisboa, Armínio Fraga e Samuel Pessoa, que, já há algum tempo, ocupam lugar de destaque nos jornais e revistas de maior circulação do país com crítica às políticas públicas e programas sociais levados à frente pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Na verdade, o que se tem notado ao longo dos últimos anos é um processo ainda mais amplo, com características singulares, que se vincula a uma presença cada vez mais visível na esfera pública de intelectuais portadores de uma retórica mais combativa e

1 Consideramos "nova" em relação às direitas liberais que no ciclo político da "Nova República" (1988-2016) (SINGER, 2016) hegemonizaram a esfera pública em conjunto com a centro-esquerda.

militante, e que se assumem abertamente de direita - a exemplo de Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino, Guilherme Fiuza, dentre muitos outros. A aparição desses intelectuais e comunicadores na esfera pública ocorreu ao longo dos últimos anos tanto mediante a publicação de artigos e colunas em jornais de grande circulação e a ocupação de espaços como o rádio e a televisão, quanto pela divulgação de suas ideias a partir de mídias digitais, como o *YouTube* e o *Facebook*, que contam muitas vezes com milhares de seguidores e projetam seus vídeos com intensa circulação digital. Sem pretensão de unificar e homogeneizar todos esses atores, importa neste artigo partir de alguns discursos selecionados em fontes de acesso público para, a partir de uma análise histórico-sociológica e político-ideológica dos discursos, identificar características relevantes que possam contribuir para a interpretação da conjuntura presente.

Com base nesse contexto histórico, propomos desenvolver algumas problematizações, partindo da seguinte questão central: quais são os conteúdos ideológicos que podemos identificar nos discursos selecionados de atores políticos relevantes da direita emergente na sociedade brasileira? De forma mais específica, tais discursos podem ser enquadrados historicamente em quais concepções de mundo? Afinal, qual os conteúdos ideológicos que esses atores afirmam e manifestam? E qual a relação deles com o contexto mais geral de crise das democracias liberais que se processa atualmente, assim como com a particularidade da formação social brasileira? Estaríamos vivenciando nacional e internacionalmente, como propõe Fraser e outros cientistas sociais, uma “Grande Regressão” (FRASER, 2017) em termos de avanços e aprofundamento dos processos de democratização em diversas sociedades nacionais ao longo do mundo? Para responder a tais problemas, elaboramos um *corpus* discursivo a partir de uma seleção intencional que julgamos expressar dados relevantes da realidade e que, portanto, nos servirão de material inicial de análise e interpretação.

Assim, partimos de início de algumas considerações teórico-metodológicas propostas por Lukács (2018; 2010) em sua obra de maturidade, sobretudo em sua definição da categoria de *ideologia* e o vínculo que tal categoria possui com o desenvolvimento social das visões de mundo ao longo da história. Com base nisto, seguimos aqui a definição de ideologia proposta por Lukács:

Se agora e mais tarde falarmos de ideologias em contextos mais amplos, estas não devem ser entendidas no enganoso uso atual da palavra (como uma consciência antecipadamente falsa da realidade), mas, assim como Marx as determinou no Prefácio de *Para a crítica da economia política*, como formas “nas quais os seres humanos se conscientizam desse conflito” (isto

é, daquele que emerge dos fundamentos do ser social) “e o combatem”. Essa determinação abrangente de Marx – e esse é o elemento mais importante de sua ampla aplicabilidade – não dá nenhuma resposta unívoca à questão da correção ou falsidade metodológica e objetiva das ideologias. Ambas são igualmente possíveis na prática. Assim, as ideologias em nosso caso podem proporcionar tanto uma aproximação do ser como um afastamento dele. De qualquer modo, porém, tem um grande papel na história do nosso problema o interesse repleto de conflitos dos homens em saber se um momento importante – para eles – de sua vida social deve ser considerado como existente ou meramente aparente. Como tais ideologias, especialmente em tempos de crise da sociedade, podem se desenvolver, tornando-se verdadeiras forças espirituais, sua influência na formulação e solução da questão teórica sobre o ser é considerável (LUKÁCS, 2010, p. 38).

Partindo desses pressupostos teórico-metodológicos, ou seja, do entendimento de que, por um lado, as ideologias expressam não apenas uma falsa consciência a respeito da realidade, embora isto também seja relevante, mas expressam essencialmente posicionamentos frente aos conflitos que emergem de questões e problemas sociais fundamentais e, de outro lado, que determinadas ideologias tornam-se verdadeiras forças espirituais principalmente em contextos de crise ampla das estruturas sociais.² Partindo disto, buscamos aprofundar as análises dos discursos selecionados de distintos autores nacionais e internacionais que nos parecem iluminar parte do processo e do contexto político de ascensão da direita contemporânea, no sentido de melhor caracterizá-la.

2 NOVA DIREITA BRASILEIRA E O OCASO DA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Nesta seção, apresentamos alguns casos e discursos instrutivos a respeito do processo histórico-social e das forças políticas de direita que queremos caracterizar e analisar mais a fundo. Veremos como tais forças reúnem uma constelação de atores e grupos sociais que expressam ideologias representativas do que entendemos ser o *ocaso da história* e formas de “distorção conservadora-autoritária” da realidade social.

² Pertinente se faz, também, indicar que as configurações que uma determinada ideologia assume (enquanto forma de pensamento que direciona a tomada de posição de sujeitos sociais no cotidiano da vida social a partir de alternativas), encontra-se diretamente relacionadas com as condições materiais que caracterizam a realidade concreta que condiciona, possibilita, demanda e determina as formas específicas das ideologias em um determinado estágio do desenvolvimento humano, entendido como um complexo de complexos (LUKÁCS, 2013).

No ano de 2018, durante a greve dos caminhoneiros foi atribuído³ a um dos maiores empresários do setor de transportes⁴ a autoria de uma entrevista, veiculada pelas redes sociais mediante vídeo, em que se afirmava que a causa da greve que estava ocorrendo derivava da “falta de história”. Segundo o autor do vídeo, com “a queda do muro de Berlim” os comunistas da URSS necessitavam de encontrar um local para levar o “Mal” que “o comunismo é”. Assim, os comunistas teriam encontrado no Brasil e na figura do Partido dos Trabalhadores tal local para se infiltrar e implantar o comunismo. Ao longo dos governos petistas o autor chega a afirmar que teria se “implantado” o comunismo no Brasil. Além disso, os professores nas faculdades e universidades estariam “mentindo” quando afirmam que o Brasil passou por uma ditadura militar: os “comunistas de merda” – referência aos(as) professores(as) das universidades – “pagariam caro” por tais mentiras. A causa essencial das crises pelas quais passaria o país – que levou à emergência da greve dos caminhoneiros naquela situação –, seria fruto do “Mal” causado pelos “comunistas” que vieram para o Brasil depois do fim da URSS. Estes estariam “iludindo a criançada”, “invertendo tudo” e criando conflitos na estrutura das famílias e na ordem social, assim como tratando os empresários “como bandidos”. O autor chega a gritar no vídeo em que foi gravado ao final: “Salve Pinochet”. Para ele, Pinochet teria “acabado com os comunistas” no Chile - um outro homem que gravava o vídeo finaliza dizendo que tudo isso é a “pura verdade”.

Assim, de forma irônica, as fundamentações explicativas apresentadas no vídeo, ao contrário de “pura verdade”, se constroem a partir de leituras particularistas da realidade social, direcionadas estritamente por convicções subjetivas, que preconizam um processo de produção de conhecimentos incondizentes com os fatos desta realidade. Determinada lógica de construção “reflexiva” é indicada por Lukács (2020) como *irracionalista*, tendo em vista que parte do princípio da dissolução do conceito de verdade. Para o irracionalismo o real se caracterizaria pela compreensão subjetiva de verdade que perpassa a crença do sujeito singular, uma proposição se torna verdade simplesmente por que o sujeito acredita que deva ser. Assim, no discurso proferido no vídeo em questão, supostos fatos históricos

3 O debate compôs a mídia nacional e o vídeo, com referências atribuídas ao empresário Emílio Dalçóquio, foi transmitido pelas redes sociais digitais. No entanto, o portal G1 afirma que se tratava de um vídeo falso. Para maiores informações ver: “Vídeo mostra dono da maior transportadora do Brasil fazendo crítica a políticos e imprensa e dizendo que a pauta não é a greve dos caminhoneiros? Não é verdade!”, disponível em <https://g1.globo.com/e-ou-nao-e/noticia/video-mostra-dono-da-maior-transportadora-do-brasil-fazendo-critica-a-politicos-e-imprensa-e-dizendo-que-a-pauta-nao-e-a-greve-dos-caminhoneiros-nao-e-verdade.ghtml>. Acesso em: 07 out. 2020.

4 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W_bSy67-mew. Acesso em: 07 out. 2020.

são inventados, com o objetivo de embasar, e fomentar, a tomada de um posicionamento político e ideológico de matriz conservadora na sociedade civil brasileira.

Deste modo, o discurso presente no vídeo, circulado intensamente pelas redes sociais ao longo da greve dos caminhoneiros em 2018, é representativo de outras miríades de comunicações, presentes sobretudo nos meios de comunicação digitais, que expressam o que entendemos ser o *ocaso da perspectiva histórica*. Ou seja: representativo de discursos que são produzidos a partir de uma profunda desconexão de qualquer facticidade histórica. Sem dúvida, a própria historiografia enquanto disciplina institucionalizada das ciências sociais reconhece a legitimidade da produção de múltiplas interpretações e perspectivas a respeito de algum período ou fato histórico; contudo, ainda assim, os discursos mantêm sempre algum *vínculo* com os fatos históricos – são afinal produzidos *a partir deles*: a *validade* dos discursos historiográficos se mantêm vinculada à *facticidade* dos processos. No entanto, o que podemos observar nos discursos das novas direitas emergentes na sociedade brasileira e em outros locais – o que aponta para um fenômeno mais amplo de transformação estrutural das esferas públicas nacionais das democracias liberais com a emergência dos meios de comunicação digitais (HABERMAS *in* KEMPF *et al.*, 2020) – é o crescente aparecimento de discursos sem vínculo com qualquer verdade factual; e como lembra Bucci (2019) *sem verdade factual não há democracia*.

Com efeito, em outro caso que também incita reflexões, agora produzido a partir de uma comunicação em esferas públicas institucionalizadas da sociedade brasileira, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, em seminário comemorativo aos 30 anos da Constituição Federal de 1988 ocorrido na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco (USP), realizado no dia 1 de outubro de 2018⁵, afirmou em seu discurso que a ditadura e o golpe militar de 1964 no Brasil teria sido, na verdade, apenas um “movimento militar”. Assumindo a famosa teoria dos “dois demônios”, o ministro sustenta que tanto a esquerda quanto a direita antes de 1964 cometeram “radicalizações” e “erros” que teriam resultado na “intervenção dos militares”.

Os militares foram um instrumento de intervenção e, se algum erro cometeu, foi, ao invés de ser o moderador que, em outros momentos da história, interveio e saiu, eles acabaram optando por ficar. E o desgaste da ilegitimidade em todo esse período que acabou recaindo sobre essa importante instituição nacional que são as Forças Armadas [...]. Por isso que

5 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/toffoli-diz-que-hoje-prefere-chamar-ditadura-militar-de-movimento-de-1964.shtml>. Acesso em: 05 ago. 2021.

hoje eu não me refiro mais nem a golpe e nem a revolução de 1964. Eu me refiro a [sic] movimento de 1964⁶.

O Ministro Dias Toffoli, no entanto, em seu discurso trata como equivalentes movimentos sociais que lutavam por justiça social como era, por exemplo, a luta dos camponeses e de todos aqueles que exigiam reformas sociais – como a reforma agrária -, e setores que defendiam a manutenção da concentração agrária, como os latifundiários. Deste modo, trata com similaridade formas de mobilização social, econômica e política distintas: uma, que lutava pela realização de demandas de justiça; outra, que se mobilizava pela manutenção de situações de injustiça e privilégios. Além disso, Toffoli ao se referir à ditadura militar brasileira como um “movimento militar” realiza um revisionismo e negacionismo de fatos, processos e crimes políticos que compõem a formação sócio-histórica e a memória da vida nacional. No fundo, o Ministro Dias Toffoli acaba assim por compactuar com tendências político-ideológicas que emergiram na conjuntura recente na sociedade brasileira e no mundo. Torna-se evidente, aqui, uma outra faceta das lógicas reflexivas que fundamentam o que propomos classificar enquanto *ocaso da perspectiva histórica*, que consiste naquilo que Coutinho (2010) classificou como *razão miserável*.

No prisma de construção reflexiva do *racionalismo miserável*, elementos da realidade são apropriados de forma distorcida e descolada dos demais fatos que perpassam, e determinam, e consolidação do fenômeno tal como ele se apresenta na realidade concreta para justificar e legitimar um posicionamento político, ideológico ou até mesmo supostamente científico (COUTINHO, 2010). Neste sentido, o discurso de Dias Toffoli se apresenta como uma tentativa de distorção da história brasileira, feita a partir de elementos esparsos que à compõe, mas não à representam em sua totalidade. Tais discursos, de fato, são representativos de um conjunto de outras enunciações presentes na esfera pública nacional e internacional nos últimos anos, e por isso partimos da hipótese de que poderiam compor as pautas emergentes da ascensão conservadora-autoritária da direita na sociedade contemporânea, particularmente no Brasil, em suas múltiplas figuras.

Nesse sentido, identificamos outro caso interessante e representativo. Em seu artigo, “Trump e o Ocidente”, publicado nos *Cadernos de Política Exterior*, de autoria do atual Ministro das Relações Exteriores, (um dos discípulos do ideólogo Olavo de Carvalho), Ernesto Araújo sintetiza seu texto com as seguintes afirmações:

6 Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-01/dias-toffoli-movimento-de-1964.html>. Acesso em: 05 ago. 2021.

O presidente Donald Trump propõe uma visão do Ocidente não baseada no capitalismo e na democracia liberal, mas na recuperação do passado simbólico, da história e da cultura das nações ocidentais. A visão de Trump tem lastro em uma longa tradição intelectual e sentimental, que vai de Ésquilo a Oswald Spengler, e mostra o nacionalismo como indissociável da essência do Ocidente. Em seu centro, está não uma doutrina econômica e política, mas o anseio por Deus, o Deus que age na história. Não se trata tampouco de uma proposta de expansionismo ocidental, mas de um pan-nacionalismo. O Brasil necessita refletir e definir se faz parte desse Ocidente. (ARAÚJO, 2017, p. 323).

Neste artigo de Araújo, a “história e cultura das nações ocidentais” é explicitamente submetida a uma concepção de mundo religiosa e teológica fundamentada em uma teleologia histórica essencialista e subjetivista. Sabemos no presente, com base no desenvolvimento das ciências modernas, de que não há no mundo natural e social nenhuma “teleologia objetiva” - nem, portanto, algum “Deus que age na história”, mas apenas processos e forças causais. Tal saber constitui uma das maiores conquistas do progresso das ciências e da filosofia ao longo dos tempos modernos. De fato, as teleologias que podemos observar ao longo do processo histórico são sempre um resultado das próprias finalidades e sentidos que as ações sociais dos próprios seres humanos põem e geram, e que ambicionam, em última instância, o direcionamento dos sujeitos singulares em prol de um determinado projeto de porvir e, por consequência, objetivam interferir diretamente nas disputas e conflitos que se estabelecem entre as classes de uma determinada sociedade em um momento específico do estágio de desenvolvimento humano (LUKÁCS, 2018). Assim, em seu discurso, Ernesto Araújo promove uma consciente negação da possibilidade de se conceber a história a partir de critérios objetivos, isto a serviço de interpretações teológico-políticas e fins político-ideológicos de poder. No limite, tal visão ainda coloca em questão princípios fundamentais do dever e do cuidado com a memória histórica e social da humanidade. Segundo o autor,

Desde o “iluminismo” toda a tradição liberal e revolucionária constituiu-se numa rejeição do passado – em suas várias facetas de rejeição dos heróis, rejeição do culto religioso e rejeição da família (a família, esse indispensável microcosmo da história, que liga o indivíduo ao tempo assim como a nação liga um povo a um tempo). De repente “os ancestrais” aparecem no discurso do mandatário do país que vinha liderando a “ordem liberal”, essa mesma “ordem” que rejeitava o passado, os heróis, a fé e a família. O homem pós-moderno não tem ancestrais, as sociedades pós-modernas não têm heróis. Trump, ao falar de alma, desafia frontalmente o homem pós-moderno, que não tem alma, que tem apenas processos químicos ocorrendo aleatoriamente entre seus neurônios. Trump fala de Deus, e nada é mais ofensivo para o homem pós-moderno, que matou Deus há muito tempo e não gosta que lhe recordem o crime (ARAÚJO, 2017, p. 329).

Como podemos ver, Ernesto Araújo tenta justificar que a “essência” das formas sociais do Ocidente é de “origem divina”, diretamente vinculadas aos anseios de Deus, à identidade da Nação e da estrutura tradicional da família, assim como de seus “heróis”. Ora, como lembra Georg Lukács, tal discurso com características romântico-irracionalista e reacionário-conservador não é exatamente novo:

Nas ideologias das classes dominantes nas sociedades que precederam a capitalista e naquelas que, como a monarquia absolutista, a prepararam, existiu uma concepção básica, universalmente difundida, de que a **essência e as formas de cada sociedade existente, se não eram de origem diretamente divina, pelo menos repousavam em iluminações inspiradas “do alto”, por heróis que se tornaram seus fundadores e criadores.** Observações ou constatações da complexa constituição da sociedade foram subordinadas, por isso, a raciocínios transcendentesteleológicos que derivavam de tal concepção (LUKÁCS, 2010, p. 147, grifo nosso).

A ruptura com tal concepção de mundo transcendente-religiosa está na base do desenvolvimento das modernas ciências naturais e humanas e, portanto, constitui um pressuposto para as historiografias modernas e contemporâneas, que, no entanto, Araújo nega intencionalmente. Contudo, antes de representar uma falsa concepção a respeito da realidade de sua parte, há também um conteúdo de verdade presente na construção ideológica enunciada por Ernesto Araújo.

Ao analisarmos seu artigo com cuidado, assim como seus outros discursos, podemos apreender, como diz Adorno, um fenômeno subjetivo e social de em meio “a decadência do mundo [recuperar] o sentimento aquietante de operar sobre um solo firme, se possível mesmo assegurado filologicamente” (ADORNO, 2009, p. 61) – e não é um mero acaso o recurso recorrente de Araújo em seus discursos a arcaísmos e etimologias das palavras. Ou seja, trata-se aqui daquilo que Adorno chama de uma “necessidade ontológica”, ou nas palavras de Lukács (2018), de uma “necessidade religiosa”, isto é, da tentativa de fornecer e buscar um sentido autêntico à vida humana em meio a contextos de crises gerais das estruturas sociais, assim como de fazer frente à mutilação, à reificação e ao estranhamento generalizados que são intrínsecos à forma de reprodução e socialização da vida no capitalismo. De fato, sabemos no interior das ciências sociais e humanas como tal discurso ideológico é parte constitutiva de todo o processo contraditório de “racionalização social” e “desencantamento do mundo” ao longo da modernidade⁷. Além

⁷ Vide Habermas (2000).

disso, é possível observar que tal “perda de sentido” e “solo firme” foi radicalizado com as novas dinâmicas do mundo contemporâneo. Em síntese, no horizonte de crise e imensa complexidade do mundo globalizado atual, tais ideologias podem se transformar em verdadeiras forças espirituais e políticas – independente da sua falsidade, negacionismo histórico e antirrealismo.

3 ELEMENTOS BASILARES DA IDEOLOGIA CONTEMPORÂNEA DA DIREITA BRASILEIRA

Em um seminário oficial promovido pelo Itamaraty e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) sobre o “fenômeno e conceito do globalismo” em 10 de junho de 2020⁸, Ernesto Araújo realiza outro discurso interessante e representativo. Sua apresentação inicia com citações de Nietzsche a respeito do “nihilismo” e da célebre frase do filósofo: “Deus está morto”. Segundo Araújo, não se pode compreender o “nazi-fascismo” nem o “marxismo-leninismo”, ou seja, a história política do século XX, sem tal afirmação que romperia com os valores tradicionais e a “ordem moral” teológica. Tais movimentos teriam, para ele, no centro de suas ideias a “rejeição de Deus” e a destruição do “antropoteísmo”, isto é, “a visão do humano como um ser vertical que se relaciona com Deus”. Assim, o vazio deixado pela “morte de Deus” teria sido ocupado pelo comunismo e pelo “marxismo cultural” - e isso é precisamente o fenômeno que Araújo entende por “globalismo”. Nas suas palavras literais o “globalismo é o momento em que o comunismo, o fisiologismo, o *gramscismo*, como quer que se chame, ocupa o coração que tinha sido deixado vazio da sociedade liberal” (Informação verbal, 21:20 min. do vídeo mencionado). Note-se que a crítica implícita de Araújo aqui não se dirige apenas ao “globalismo” como suposta ideologia que ocuparia o “coração” deixado vazio das sociedades liberais, pois afinal trata-se de se opor às *próprias sociedades liberais como tais* e encontrar uma “visão do Ocidente não baseada no capitalismo e na democracia liberal”, como Araújo identifica em Trump.

Especialmente a partir de 1989, segundo Ernesto Araújo, a sociedade liberal se entregou à “decadência” e ao vazio de sentido, perdendo de vista que, para além dos modelos econômicos em disputa na Guerra Fria, a luta fundamental que estava em jogo dizia respeito à “essência do ser humano”. A grande estratégia do “comunismo

8 O seminário e a exposição de Ernesto Araújo estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=mWajQ0NBeio>. Acesso em: 01 de jul. 2020.



internacional”, segundo Araújo, teria se deslocado para as “lutas no campo da cultura” com a finalidade de destruir a civilização judaico-cristã ocidental e seus valores. Em suma, para Ernesto Araújo, o “marxismo cultural”, o “desconstrucionismo linguístico”, a separação entre “palavra e realidade”, a “ideologia de gênero”, o “racialismo”, o “ecologismo” e a “mecanização do ser humano” no interior das sociedades liberais caracterizariam o fenômeno do “globalismo” e seriam os verdadeiros responsáveis pela “decadência” por meio da qual passaria o mundo ocidental.

Torna-se evidente na perspectiva político-ideológica assumida por Ernesto Araújo a conclamação de elementos retrógrados, portanto reacionários, de fundamentação das relações que direcionam a vida social. Conforme indica Karl Mannheim (1981), esta forma tradicionalista de pensar a realidade se caracteriza por um processo gradual de transformação dinâmica de seu embasamento argumentativo, ao passo que se inicia como uma reação, pautada em princípios arcaicos de organização, contra as transformações que decorrem do desenvolvimento tendencialmente progressista em determinados momentos da história humana, os sujeitos que partilham deste “mal-estar” em relação as mudanças sociais passam, então, a organizar-se de forma ampla e politicamente ativa, apropriando-se de elementos filosóficos conservadores que justificariam um combate efetivo contra o progressismo no âmbito das disputas políticas institucionais.

A ascensão e/ou retomada de determinadas perspectivas na dinâmica das disputas políticas não é, de fato, uma novidade ou assombro para os analistas das ciências sociais. Muito pelo contrário, como aponta perspicazmente Charles Tilly (2013), as democracias tendem a se caracterizar por uma inexorável tendência à instabilidade que perpassa constantes disputas entre projetos de *democratização* (no sentido de ampliar os direitos e a capacidade do Estado para atendê-los) e *desdemocratização* (entendido enquanto processo de recrudescimento das instituições estatais que visam garantir a reprodução dos privilégios de determinados grupos da elite que ocupam a máquina estatal, mesmo que isto implique em um violento processo de repressão popular). O que, contudo, identificamos como relevante para o âmbito de análise das ciências sociais é a compreensão da forma como as ideologias fundamentam projetos coletivos, direcionam as tomadas de posicionamentos políticos e, em última instância, são apropriadas para dirimir os conflitos decorrentes do antagonismo de classes.⁹ No caso investigado, selecionamos discursos que

⁹ Justamente nestas especificidades que se indica o caráter diferencial da proposta de análise lukácsiana destes embates políticos e ideológicos em comparação com as perspectivas de Karl Mannheim (1981) e

manifestam projetos político-ideológicos que caracterizam uma tendência desdemocratizante na sociedade brasileira.

No Brasil, tais concepções constituem a ideologia das ações de governo do movimento de direita que assumiu o poder do Executivo, sob liderança de Jair Messias Bolsonaro. E ela se complementa, em conjunção com a retórica antiliberal e romântica do Ministro das Relações Exteriores, com uma forte tendência a concepções liberais na economia, que objetivam a “diminuição do Estado” e a liberação das atividades mercantis e do empreendedorismo. O ministro Paulo Guedes é a figura mais representativa de tais concepções liberais. Em palestra recente no BTG Pactual¹⁰, Paulo Guedes fez um discurso sobre as estratégias econômicas do governo Bolsonaro. Segundo Guedes, o significado do nome dado ao programa econômico do governo, “Um caminho para a prosperidade”, deriva do livro “Caminho da Servidão” de Friedrich Hayek que expõe a história do “declínio de uma sociedade” – algo que estaria acontecendo com o Brasil e, em “casos mais extremos”, com a Venezuela atual. Guedes cita ainda como exemplos históricos destes “declínios” a URSS, a China socialista, o Chile de Allende e Cuba.

Neste contexto, vale a pena recuperar uma entrevista esclarecedora de Friedrich Hayek ao jornal chileno *El mercúrio*, em 12 de abril de 1981, ao longo de sua visita ao Chile durante o regime ditatorial de Augusto Pinochet. Em resposta à seguinte pergunta do entrevistador: “Desde seu ponto de vista, que opinião temos que ter sobre as ditaduras?”, Hayek responde da seguinte forma:

Bem, eu diria que sou totalmente contrário às ditaduras como instituições de longo prazo. Mas **uma ditadura pode ser um sistema necessário para um período de transição**. Às vezes, é necessário que um país tenha, por um tempo, uma ou outra forma de poder ditatorial. Como o senhor compreenderá, **é possível que um ditador possa governar de maneira liberal. E também é possível para uma democracia o governo com uma total falta de liberalismo**. Minha preferência pessoal se inclina a uma ditadura liberal e não a um governo democrático no qual todo liberalismo está ausente. Minha impressão pessoal – e isso é válido para a América do Sul – é que no Chile, por exemplo, seremos testemunhas de uma transição de um governo ditatorial a um governo liberal. E durante essa transição pode ser necessário manter certos poderes ditatoriais, não como algo permanente, mas como um ajuste temporal (CALDWELL, B; MONTES, L. 2015, p. 299. Trad. livre, grifos nossos).

Charles Tilly (2013) que tendem a atribuir uma primazia excessiva das ideias em detrimento das condições materiais que às possibilitam, condicionam e determinam.

10 Palestra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qywbBHci6a0&t=2909s>. Acesso em: 09 out. 2020.



Para Hayek, um poder ditatorial seria “necessário” e preferível a democracias em determinadas situações e não entraria em nenhuma contradição¹¹, muito menos impediria a “liberdade econômica de empreender” dos indivíduos – e, não é casual que Hayek seja uma das principais referências ideológicas de Paulo Guedes. A verdadeira ameaça à liberdade, para Hayek, seria representada não pela ditadura de Augusto Pinochet na época, mas pelos governos de caráter socialista-democrático de Salvador Allende, isto porque para tal concepção, todos os problemas e contradições econômicas não emergem dos próprios processos e relações econômicas, mas, como já observava Marx,

Reduz-se em última instância à influência do Estado sobre a sociedade burguesa, a suas intervenções e ingerências. O salário, por exemplo, cresce naturalmente com a produtividade do trabalho. Se achamos que a realidade não corresponde a essa lei, temos unicamente de abstrair a influência do governo, impostos, monopólios etc., seja no Hindustão, seja na Inglaterra. As relações [capitalistas] consideradas em si mesmas, i. e, após a dedução das influências do Estado, sempre confirmarão de fato as leis harmônicas da economia burguesa (MARX, 2011, p. 29).

Para tal concepção, não é contraditório a conciliação entre neoliberalismo econômico, contrário às “intervenções e ingerências” do Estado, e conservadorismo moral nos costumes, pois assim como a “estrutura da família” enquanto célula elementar da vida social na concepção dos conservadores, o mercado teria um *núcleo harmônico* de relações, isento de conflitos e contradições imanentes. Todos os processos de conflito e desestabilização das relações viriam “do exterior” e “de fora” (via de regra: causado por comunistas, judeus, imigrantes etc.), perturbando a harmonia e a ordem natural das coisas. As condições de fragilidade, abstração e ahistoricidade de tal concepção salta à vista.

Estes elementos iniciais nos possibilitam, assim, iniciar as problematizações acerca das especificidades assumidas pela ideologia desta nova direita brasileira. Em primeiro lugar torna-se relevante indicar o modo como, em concordância com Hayek, estes discursos representativos da nova direita brasileira esposam da percepção da preferência pela instituição de ditaduras ou medidas autoritárias, contrárias a manutenção de uma ordem democrática, frente às possibilidades de ameaça do desenvolvimento econômico em parâmetros do capitalismo internacional. Conforme aponta Florestan Fernandes (2008),

¹¹ Para Hayek, como argumenta Brown, “a democracia e o liberalismo têm opostos radicalmente diferentes. O oposto da democracia é o autoritarismo, poder político concentrado, mas não necessariamente ilimitado. O oposto do liberalismo é o totalitarismo, controle total de todos os aspectos da vida. Isso faz com que o autoritarismo seja compatível com uma sociedade liberal – com a liberdade, a moral tradicional, uma esfera privada protegida. E o totalitarismo pode ser engendrado e administrado por maiorias democráticas (BROWN, 2019, p. 88). Por isso, para Hayek, em determinadas situações excepcionais, poderia ser perfeitamente compatível o autoritarismo, isto é, a centralização do poder político, com uma sociedade liberal.

esta percepção caracterizou, historicamente, a forma como as instituições políticas brasileiras se edificaram a partir de premissas autocrático-burguesas que viabilizam uma gestão estatal pautada em princípios de uma ditadura preventiva de classe, que dissimuladamente se apresenta como um modelo de “democracia forte”.

O modelo de gestão estatal autocrático-burguês, de formas distintas, é bastante característico dos países de economias capitalistas tardias, cujas bases políticas e econômicas se constroem a partir de um princípio de dependência em relação aos países desenvolvidos. O complexo de complexos capitalista internacional, desta forma, preconiza, entre outros aspectos, uma divisão entre países dominantes e países dependentes. Ressalta-se, neste sentido, que “a industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados” (MARINI, 2017, p. 340).

A particularidade desta via dependente de desenvolvimento capitalista, classificada por Mazzeo (2015) como *prussiano-colonial*, se caracteriza, por um lado, pela consolidação de uma classe dominante débil (no sentido de não ambicionar uma efetiva revolução burguesa em parâmetros clássicos), acostumada com altos níveis de concentração de poderes (tanto políticos quanto econômicos), demandando, por consequência, o estabelecimento, e garantia de reprodução, de uma ordem social pautada em baixos níveis de dinamismo político, econômico e social. Considera-se, portanto, que são destas condições materiais, historicamente consolidadas, reproduzidas e transformadas, que decorrem as construções ideológicas características das frações de classes brasileiras – sejam elas da direita ou da esquerda, pautadas na defesa da reprodução ou da superação destas condições materiais.

A concordância ideológica da nova direita brasileira com a reprodução deste modelo *prussiano-colonial* de desenvolvimento se explicita não só na forma como concebe a possibilidade de enrijecer, de modo antidemocrático, o aparelho estatal em favor do desenvolvimento econômico, como também pela visível tendência em defender o alinhamento nacional com o Ocidente capitalista – comumente apresentando, de forma enfática, os Estados Unidos da América como o principal representante e dirigente desta articulação internacional. Ademais, conforme aponta Fernandes (2008), deve-se considerar que as fortes influências que os elementos conceituais provenientes do tradicionalismo religioso exercem nas formas de articulação política brasileira (e, portanto, nas ideologias

que direcionam as tomadas de decisão), em muitos aspectos, também se encontra intimamente ligado com o modelo dependente de desenvolvimento adotado.

É relevante, contudo, reforçar que a análise destas ideologias não deve incorrer em anacronismos. Apesar das ideologias, que decorrerem da particularidade que caracteriza as vias de desenvolvimento das quais surgiram, expressarem determinada continuidade, no que tange ao projeto de porvir que se vincula à classe ou fração de classe que representam, elas também perpassam processos de transformações que acompanham a dinâmica das mudanças sociais e se encontram intimamente ligados ao estágio de desenvolvimento que se pretende apreender. Assim, a ideologia reproduzida pela nova direita brasileira em análise é entendida como expressão dos interesses tanto de curto prazo (apreensão de intervenção imediatista na realidade) quanto de longo e médio prazo (projeto de porvir historicamente construído) da classe e/ou fração de classe que representa.

Wendy Brown (2019), em seu livro *Nas ruínas do neoliberalismo*, propõe o diagnóstico de que a ascensão atual dos movimentos de direita e extrema-direita pode ser explicado pelos efeitos corrosivos do neoliberalismo às democracias liberais do Ocidente. Para a autora, com efeito, tais movimentos surgem a partir das ruínas legadas pela hegemonia neoliberal desde finais do século XX. Brown entende por neoliberalismo não apenas uma forma de organizar as relações econômicas, mas também uma racionalidade política que define formas específicas de governo e modos determinados de socialização e individualização dos sujeitos. Com isso em vista, a autora preocupa-se sobretudo em analisar os elementos e efeitos dessa racionalidade neoliberal com o objetivo de melhor compreender os ataques multifacetados que tal tipo de racionalidade faz à democracia, substituindo os valores de justiça social e igualdade política por uma *moralidade tradicional*. E é precisamente tal encontro da racionalidade neoliberal com a moralidade tradicional que nos permite caracterizar o projeto ideológico-político que Paulo Guedes e Ernesto Araújo, base do atual governo de Bolsonaro, representam em conjunto.

Brown (2019) encontra, sobretudo na obra do pensador Friedrich Hayek, as elaborações mais sistemáticas contra a ideia de “sociedade” e de “justiça social”. Nas palavras de Hayek,

Quanto mais se vê que a posição de indivíduos ou grupos torna-se dependente de ações do governo, mais eles insistirão em que os governos visem algum esquema reconhecível de justiça redistributiva; e quanto mais os governos tentam realizar algum padrão preconcebido de distribuição desejável, mais eles devem sujeitar a posição dos diferentes indivíduos e

grupos ao seu controle. Enquanto a crença na “justiça social” governar a ação política, esse processo deverá se aproximar mais e mais de um sistema autoritário (HAYEK, 1973, p. 68).

Assim, as ideias de justiça social e de sociedade, para Hayek, são vazias, simplesmente uma falácia defendida por déspotas interessados em criar uma forma de organização da vida totalmente planejada e favorável ao poder coercitivo e impositivo do Estado. Contra isso, Hayek mobiliza a *moralidade tradicional* e o *mercado competitivo* como valores alternativos para justificar uma outra visão do mundo social. Para Hayek, a moralidade tradicional das famílias e as relações de mercado convergem ao promoverem uma *ordem espontânea e orgânica*, conforme à natureza das coisas e à liberdade espontânea dos indivíduos, capaz enfim de promover o desenvolvimento e o dinamismo econômico. Daí a necessidade, argumenta Brown, do neoliberalismo buscar o “desmantelamento da sociedade”, isto é, buscar destruir as redes de solidariedade e interdependência que a ideia de “sociedade” - desde seus primórdios clássicos com a sociologia durkheimiana – traz no seu bojo. Para a autora, a crítica de Hayek à justiça social forma um consenso no conservadorismo neoliberal – ideologia base de muitos movimentos de extrema-direita atualmente. As demandas por reconhecimento ou redistribuição próprios à justiça social, assim, são entendidas pelos neoliberais como uma “tirania do politicamente correto” (BROWN, 2019, p. 54). Contudo, a negação da justiça social e da ideia de sociedade contribui, argumenta a autora, para invisibilizar as desigualdades sociais herdadas da “escravidão, do colonialismo e do patriarcado” (BROWN, 2019, p. 55) – e por essa razão o projeto neoliberal é indissociável do aumento generalizado da violência nas relações sociais.

O que se apreende destas formas peculiares de interpretar a vida social (em seus mais variados aspectos que influem na consolidação de sua concretude) é, com maior destaque, a apropriação de leituras deturpadas de dados e fatos históricos selecionados de modo fragmentado, a partir de análises que viabilizam uma apreensão distorcida da realidade social e que, em última instância, favorece determinada classe ou grupo de classe, imersos em contextos de disputas políticas. Mais uma vez, torna-se explícita esta forma de construção do conhecimento que Carlos Nelson Coutinho (2010) classifica como *razão miserável*, tendo em vista que ela se apropria de uma lógica miserável (fragmentada, distorcida e tendenciosa) para interpretar os elementos da realidade, uma estratégia que objetiva transformar convicções subjetivas em verdades filosóficas e científicas.

Vale novamente ressaltar, contudo, como a falsa consciência, o antirrealismo e a acientificidade de tais ideologias serve aqui a fins específicos e a uma função social e política explícita, a saber, a perpetuação dos mecanismos de acumulação e concentração de capital em uma classe e em um setor específico da sociedade, a saber: o sistema financeiro - o único setor que, em meio às crises atuais, mantém lucros recordes. Segundo o economista Paulo Kliass em seu artigo:

O montante apurado para os primeiros seis meses do presente ano representou uma elevação superior em 20% aos ganhos dos 4 maiores bancos no mesmo período do ano passado. Na verdade, o comportamento dos lucros dos bancos vem apresentando uma sistemática de crescimento contínuo e ininterrupto há décadas. Em 2018, por exemplo, as 5 maiores instituições auferiram um lucro anual de R\$ 86 bi (KLIASS, 2019¹²).

Em meio a tais lucros recordes, seria interessante questionar onde está efetivamente as crises e os déficits de orçamento público; pois, afinal, crise para quem exatamente? Certamente não para tal classe e setor social. O que existe, de fato, é uma transferência velada de capital e de renda dos setores mais pobres e dos trabalhadores para tal elite rentista e improdutiva. É a manutenção de tal processo e de tais interesses que o projeto econômico do governo de Jair Bolsonaro visa promover. Como vemos, as semelhanças do plano econômico e das finalidades ideológicas do governo de Bolsonaro e Paulo Guedes com a ditadura neoliberal de Augusto Pinochet no Chile, defendida por Hayek, é explícita e notável – no fundo, podemos dizer que se trata basicamente do mesmo modelo e da mesma “doutrina de choque” (KLEIN, 2008) em um sistema no qual não se trata de “superar a crise”, mas de transformá-la em uma forma de governo. Por meio do discurso de emergência sobre a “crise”, impõe-se regimes de “austeridade” e “medidas necessárias” às populações, baseadas em ideais de gestão e responsabilidade; deste modo, contudo, o sistema financeiro garante seus lucros exponenciais e se deixa de investir em políticas públicas e em programas sociais essenciais para promover o desenvolvimento social em benefício da população.

Além disso, podemos observar que a emergência desta nova direita, que conjuga racionalidade neoliberal com moralidade tradicional, expressa um movimento que se articula internacionalmente, com diferentes lideranças políticas. Nas declarações de um articulador maior deste movimento, Steve Bannon (2019), isso aparece de forma evidente.

12 Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Bancos-lucros-e-juros/7/45018>. Acesso em: 09 out. 2020.

A eleição de Trump nos Estados Unidos, Bolsonaro no Brasil, Salvini na Itália, Viktor Orban na Hungria, Erdogan na Turquia, Duterte nas Filipinas, dentre outros, fornecem o quadro de tal processo, evidenciando uma tendência desdemocratizante de perspectiva internacional.

4 CRISE DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS OCIDENTAIS: AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DAS NOVAS DIREITAS

No livro *The Great Regression*, Nancy Fraser (2017) analisa como a era do “neoliberalismo progressista” que operava articulando “ideais truncados de emancipação e formas letais de financeirização”, ou seja, especialmente em sua forma estadunidense, articulava “uma aliança das principais correntes dos novos movimentos sociais (feminismo, antirracismo, multiculturalismo e direitos LGBTQ) de um lado, e, do outro, setores de negócio baseado em serviços de luxo simbólico (Wall Street, Silicon Valley e Hollywood)” (FRASER, 2017, p. 56), teria chegado ao seu esgotamento na Europa e nos EUA. No Brasil, tal era histórica corresponderia ao período do “neoliberalismo inclusivo” dos governos de Fernando Henrique Cardoso e se estenderia até a era dos governos do PT, isto é, corresponderia ao período da “Nova República”. Para sintetizar tal tendência global, podemos dizer com Ivan Krastev (2017), que tal ciclo histórico, agora em esgotamento, se inicia no mundo a partir do imediato pós-Guerra Fria, ou seja, em meados das décadas de 1980 e 90. Desde esse período, as desigualdades socioeconômicas aumentaram em todas as regiões do mundo (PIKETTY, 2020), embora com particularidades relevantes nas diversas sociedades - como no caso brasileiro que, apesar de ser um dos campeões da desigualdade no mundo, ainda sim conheceu avanços importantes – como, por exemplo, os avanços na redução e quase eliminação da pobreza ao longo dos governos Lula e Dilma (2002-2014)¹³.

O geógrafo e sociólogo francês Christophe Guilluy (2018), corrobora tal diagnóstico e demonstra a partir de estudos sobre as “fraturas francesas” e sobre os processos sociais na periferia da França, como, acompanhando tal tendência mais ampla de época presente nas sociedades ocidentais, há outro fenômeno social geral que ele analisa como “o fim das classes médias ocidentais”. Segundo Guilluy, se no período dos “trinta anos gloriosos”

13 O artigo de Cristaldo (2016) traz um excelente balanço dos avanços sociais e das contradições desse período. Cf. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/apos-13-anos-pt-deixa-o-poder-com-avancos-sociais-mas-economia-debilitada>. Acesso em: 02 ago. 2021.

(1945-1973) do pós-segunda guerra a classe média trabalhadora estava integrada na sociedade salarial e nas políticas do Estado social, com a crise e as mudanças do mundo do trabalho, com a globalização e a progressiva desintegração social que acompanhou as políticas neoliberais ao longo do último período, tais antigas classes médias teriam se transformado em “*white trash*”¹⁴ sedentarizados, ou, na França, nos “*petits blancs*” – a ponto da imagem da França como idílio dos vinhos e queijos ter se convertido na “socialização fraturada” atual, onde diversos agricultores e camponeses cometem suicídio a cada dois dias. Os resultados de tal “fratura social” e acúmulo de sofrimento social estariam criando os potenciais eleitores de “governos populistas autoritários” e nacionalistas na Europa, assim como das revoltas e manifestações populares - como a dos *Gillets Jaunes*. Esse processo de mudanças e novas configurações sociais é, *mutatis mutandis*, semelhante no Brasil, como descrito por Marcio Pochmann recentemente¹⁵.

A eleição dos governos vinculados a essa nova direita também é descrita pelo cientista político búlgaro Ivan Krastev (2017) como “regimes majoritários” eleitos. Krastev tem em vista principalmente o leste europeu (Hungria, Turquia, Polônia, Rússia etc.), mas tal fenômeno porta características comuns com a eleição do governo Bolsonaro e outros governos do “novo populismo de direita”¹⁶. O que tais movimentos e partidos propõem à população é o que Krastev chama de uma “vitória não ambígua”. Ao contrário das democracias liberais em que “quem perde uma eleição, não precisa temer perder muita coisa” e “quem ganha não goza de uma vitória total e completa”, de onde provém uma sensação de que *eleições não mudam nada* e o sistema político é visto como algo negativo que barra mudanças e transformações, com tais movimentos de direita as eleições teriam passado a ter um “caráter decisivo” - recuperando o núcleo da política como luta ideológica e promessa de decisões capazes de afetar o destino e o rumo das coisas. É exatamente por tal motivo, segundo o autor, que a maioria das ações e decisões políticas destes novos governos, em larga medida, não são vistas pelos seus eleitores como um “ataque à

14 No Brasil, o sociólogo Jessé Souza descreve os eleitores de Bolsonaro em termos semelhantes: “Bolsonaro é o representante do que podemos chamar de lixo branco. [...] Bolsonaro é a vingança deste lixo pobre branco sobre o negro e o pobre que melhorou de vida.” Leneide Duarte-Plon, “Carta de Paris: Jessé Souza: a Lava Jato desqualificou a Justiça”, Carta Maior, 4 jul. 2019.

15 Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2019/08/pochmann-sociedade-que-deu-origem-ao-pt-nao-existe-mais-estamos-com-um-retorica-envelhecida/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

16 O conceito de populismo é utilizado por Krastev de forma explicitamente pejorativa para descrever movimentos políticos de direita e de esquerda com características mais ou menos estranhas aos enquadramentos das democracias liberais. No Brasil, podemos notar a reprodução de tal conceito entre analistas brasileiros, tais como, por exemplo, Safatle V. (2017). Para uma crítica e problematização da utilização do conceito, ver Lima e Medeiros (2018).

democracia”, mas como a realização da vontade da maioria contra o sistema e o “*establishment*”. Neste contexto, as normas do jogo institucional, para Krastev, poderiam ser quebradas expressando a vontade da maioria contra a minoria perdedora.

O cientista político brasileiro André Singer, contudo, propõe uma hipótese de análise convergente, mas, ao mesmo tempo, um pouco distinta de Krastev. Baseando-se no conceito de “autoritarismo furtivo” proposto por Adam Przeworski (2020), Singer afirma que tal processo de retrocesso, em diversos lugares do mundo, da democracia a situações autoritárias, assume atualmente um caráter singular e distinto dos golpes clássicos de Estado. Tradicionalmente, os golpes de Estado se realizavam pelo protagonismo das Forças Armadas; agora, entretanto, Singer argumenta que os golpes contra o Estado Democrático de Direito mudaram de figura. O que se tem atualmente são processos autoritários furtivos que se realizam de forma paulatina, dentro da lei e não por uma ruptura com a Constituição. Deste modo, diz o autor, ocorre “um deslizamento da democracia para a ditadura, sem que a sociedade perceba o que está acontecendo, porque, aparentemente, as instituições democráticas continuam funcionando, só que cada vez mais passam a ser uma fachada” (Informação verbal)¹⁷. Para Singer, o conceito de “autoritarismo furtivo” é muito útil para apreender o que acontece hoje, no Brasil – assim como em outros países -, em que a ruptura da democracia é conduzida por um líder democraticamente eleito, que entretanto vai desmanchando as estruturas democráticas de forma paulatina e contínua, e que aliás pode ser exemplificado por diversos fenômenos recentes da conjuntura de evidente caráter autoritário, conduzido pelo Poder Executivo, tais como o “Dossiê Antifacista”¹⁸ elaborado pelo Governo Federal e as investigações de desvios no “Sistema S” do Rio de Janeiro¹⁹.

É importante perceber, nesse sentido, como o fenômeno político-ideológico de emergência de uma nova direita, analisado por diferentes cientistas sociais ao longo do mundo, indica um contexto geral de crise e transformações que portam características em comum. O Brasil não se põe fora desse processo de fundo mais geral de crise das

17 Entrevista concedida à Rádio USP, em 11 de junho de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/autoritarismo-furtivo-um-conceito-que-se-aplica-ao-brasil-diz-colunista/>. Acesso em: 08 out. 2020.

18 Entrevista concedida à Rádio USP, em 06 de agosto de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/dossie-de-antifascistas-confirma-o-autoritarismo-furtivo-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 08 out. 2020.

19 Entrevista concedida à Rádio USP, em 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/investigacao-de-desvios-no-sistema-s-reforca-tendencia-autoritaria-do-governo-federal/>. Acesso em: 08 out. 2020.

democracias representativas e liberais do Ocidente, antes se insere nele de forma *particular*, trazendo à tona as suas especificidades histórico-sociais e culturais.

Deste modo, vale rememorar algumas experiências históricas constitutivas da formação nacional, que auxiliam na compreensão das especificidades do processo de regressão política e retrocesso atual. Roberto Schwarz (2012) em sua análise da obra “Verdade Tropical” de Caetano Veloso (1997), ilustra a experiência de derrota política vivida por sua geração com o golpe de 1964 e a sensação de regressão histórica que tal acontecimento representou à época - vale citar a passagem pelo sentimento político semelhante que os eventos recentes impõem contemporaneamente aos brasileiros.

Noutras palavras, ficava interrompido um vasto movimento de democratização, que vinha de longe, agora substituído pelo país antissocial, temeroso de mudanças, partidário da repressão, sócio tradicional da opressão e da exploração, que saía da sombra e fora bisonhamente subestimado. As desigualdades internas e a sujeição externa deixavam de ser resíduos anacrônicos, em vias de desaparecimento, para se tornarem a forma deliberada, garantida pela ditadura, do presente e do futuro. No mesmo passo, para uma parte dos brasileiros a realidade acabava de tomar uma feição inaceitável e absurda (SCHWARZ, 2012, p. 76).

Bem pesada a afirmação sobre o “vasto movimento de democratização” para caracterizar o ciclo político anterior, a sensação para uma parte dos brasileiros de retorno do “país antissocial, temeroso de mudanças” e a “gigantesca volta do que a modernização havia relegado: a revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei etc.” (SCHWARZ, 1987, p. 71), parece se impor e ter atualidade inegável. Nesse sentido, parece-nos ser precisa a caracterização da ascensão das forças políticas de direita no Brasil contemporâneo como um movimento de *reação* a mudanças sociais que têm início no processo de redemocratização nacional recente. Fagnani (2017) afirma que, a partir de 2016, inicia-se um período de retrocesso do “breve ciclo da cidadania social do Brasil”, ancorado na Constituição de 1988:

a regressão da cidadania social, em curso, é o desfecho do longo processo de reação contra as conquistas dos movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980. A Constituição de 1988, desaguadouro daquele processo, inaugurou uma etapa inédita de construção da cidadania, desenhando-se um sistema de proteção social inspirado em alguns valores do Estado de Bem-Estar Social: universalidade (em contraposição à focalização); seguridade social (em contraposição ao seguro social); e direito (em contraposição ao assistencialismo (FAGNANI, 2017, p. 2).

Neste processo, para o autor: “o arcaico voltou a dar as caras sem pudor, desta vez como sócio menor de uma coalização política, financeira e empresarial que, ao perder as



eleições [em 2014], resolveu assumir o controle do governo pela via do golpe” (FAGNANI, 2017, p. 17). Vale ressaltar que a definição do *Impeachment* sofrido por Dilma Rousseff como um “Golpe Parlamentar” e/ou “Jurídico” e, portanto, como um desfecho ilegítimo de seu segundo mandato na Presidência da República, baseia-se na análise de alguns dos mais relevantes *scholars* da ciência política brasileira, tais como Leonardo Avritzer (2017), Luís Felipe Miguel (2016), Wanderley Guilherme dos Santos (2017), Ruy Braga (2016) e André Singer (2016), dentre tantos outros.

É nestes termos que entendemos ser possível caracterizar as forças político-ideológicas de direita que assumiram eleitoralmente o Governo Federal na conjuntura, assim como seu significado histórico-social, ou seja, como um movimento de significativo retrocesso político e social. Vale ressaltar, contudo, que, embora tenha conseguido conjunturalmente uma ampla maioria, segundo pesquisas recentes²⁰, o governo de Jair Bolsonaro bate recordes de rejeição na opinião pública, sendo que dentre os últimos quatro presidentes eleitos, Bolsonaro tem a pior avaliação no mesmo período. Assim, importa enfatizar o caráter de abertura do processo social e político em curso, pois, como lembra Lima (2019, p. 229-230), muitas vezes, para as forças progressistas: “a história progride através de derrotas e não de vitórias [...] e interessa perceber naquelas os elementos que nos permitam ir além, para o passado como para o futuro, da parálitica sensação de devastação diante da vitória do absurdo e do inaceitável”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, podemos identificar algumas figuras características e representativas dos discursos e das ideologias da nova direita que emergiu na esfera pública brasileira nos últimos tempos, e que faz parte da composição do governo atual de Jair Bolsonaro. Os dados, discursos, informações, casos selecionados e apresentados ao longo do trabalho buscaram contribuir para caracterizar esse processo histórico-social e político-ideológico presente no país e que subsidiou que o Governo Federal fosse ocupado em parte por militares ou por militantes da direita emergente na segunda década do século XXI.

20 Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-bate-recorde-de-rejeição-mostra-datafolha/a-53607075>. Tal levantamento demonstra que Bolsonaro é o presidente eleito com a maior rejeição em um ano e meio de mandato entre os últimos quatro eleitos que ocuparam o cargo.



Além disso, inscrevendo tais atores, discursos e ideologias em seu devido contexto histórico – um contexto de crise internacional das democracias liberais - observamos que há no Brasil e em outros países (notadamente na França, Leste Europeu, EUA etc.) uma reação de perfil conservador-autoritário por parte das elites locais e suas conexões globais. As conexões globais sob o signo da nova direita, não coloca, entretanto, o Brasil na vanguarda ou expressa de alguma forma um projeto de sociedade e de nação baseados em valores próprios às democracias liberais. Ao contrário, expõe a vida nacional a retrocessos desdemocratizantes e degradações institucionais, principalmente com a regressão dos direitos dos seus cidadãos decorrentes das conquistas democráticas e republicanas expressas na Constituição Federal de 1988.

Por outro lado, foi possível identificar que parte das elites nacionais (do judiciário, empresarial e intelectual) contribuíram para a consolidação de discursos revisionistas com relação ao período da ditadura militar (1964-1985) e utilizaram-se de meios de comunicação tradicionais ou contemporâneos (mídias, redes sociais digitais) em favor de uma perspectiva político-ideológica que ratificou o processo de impedimento de Dilma Rouseff – ex-preses política, torturada e eleita como presidenta - em 2016, assim como a ascensão do ex-capitão do Exército ao mesmo cargo no poder executivo em 2018.

Analisando a lógica de fundamentação do que classificamos como *ocaso da perspectiva histórica*, discernimos duas tendencias reflexivas majoritárias utilizadas no processo de construção do conhecimento destes grupos que representam a nova direita brasileira. De um lado evidenciou-se uma predisposição de utilização do irracionalismo como método de criação de dados ou fatos para justificar e/ou legitimar convicções e crenças estritamente subjetivas dos sujeitos singulares, de outro, indicou-se uma vertente que recorre ao racionalismo miserável para apropriar-se de forma distorcida ou fragmentada dos dados ou fatos objetivando embasar tanto o indicado processo de revisionismo histórico quanto o direcionamento das tomadas de posições no cotidiano da vida social.

Indicou-se, também, que estas formas de interpretação do mundo confluem em um construto ideológico na realidade contemporânea que se caracteriza pela integração de elementos do conservadorismo político e do tradicionalismo cristão e cuja função social consiste em contribuir para: a reprodução da *via de desenvolvimento prussiano-colonial*; legitimar a implementação de medidas desdemocratizantes no aparelho estatal; aprofundar as desigualdades sociais enquanto amplia a concentração de renda e poder no país.



O candidato Jair Bolsonaro ganhou as eleições para o chefe do Governo Federal por meio da atuação de atores, movimento e discursos vinculados a direita emergente que busca reavivar em parte da população nacional a inspiração autoritária, fundada historicamente na exploração, dominação e subordinação da maioria da população nacional por grupos que são beneficiários das raízes tradicionais da formação social brasileira.

Nossas conclusões destacam que os discursos dos atores e movimentos emergentes da direita brasileira trouxeram o retorno de características arcaicas próprias a discursos autoritários e conservadores de outrora que possuem raízes tradicionais na história nacional, e buscamos situar tal processo de regressão conjuntural na configuração de crises sociais das democracias no mundo contemporâneo no século XXI.

Por último, como dissemos anteriormente, é importante não recair em uma visão fatalista frente a tal conjuntura, pois o processo de disputa ideológica no contexto político brasileiro não está encerrado. Os dados da ampla rejeição do atual presidente, da crise sanitária e as mortes promovidas pela pandemia de COVID-19, evidenciam possibilidades de constituição de novos cenários, capaz de alterar os processos eleitorais, a correlação de forças e os processos de hegemonia cultural e política na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Dialética Negativa**. Editora: Zahar, 2009.

ARAÚJO, E. H. F. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior/FUNAG**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 323-358, dez. 2017. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>. Acesso em: 09 out. 2020.

AVRITZER, L. O declínio do apoio ao governo no Congresso vai se acentuar. [Entrevista concedida a] Carta Capital. **Revista Carta Capital**, 29 abr. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-declinio-do-apoio-ao-governo-no-congresso-vai-se-acentuar/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BANNON, S. Steve Bannon: “Bolsonaro e Salvini são os melhores representantes do movimento nacional-populista”. [Entrevista concedida a] Daniel Verdú. **EL PAÍS**, Roma, 25 mar. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/24/internacional/1553454729_290547.html. Acesso em 09 out. 2020.

BRAGA, R. O fim do lulismo. *In*: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (org.). **Por que gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.



BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politéia, 2019.

BUCCI, E. **Existe Democracia sem verdade Factual?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

CALDWELL, B; MONTES, L. Friedrich Hayek and his visits to Chile. **The Review of Austrian Economics**, v. 28, n. 3, p. 261–309, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FAGNANI, E. **O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015)**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 308, jun. 2017.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FRASER, N. Progressive neoliberalism versus reactionary populism: a Hobson's choice. *In*. GEISELBERGER, H. (org.). **The Great Regression**. Cambridge: Polity, 2017.

GUILLUY, C. **No society**: la fin de la classe moyenne occidentale. Paris: Flammarion, 2018.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HAYEK, F. A. **Law, legislation and liberty**. Chicago: The University of Chicago Press, 1973.

KEMPF, V.; CZINGON, C.; DIEFENBACH, A. Moral Universalism at a Time of Political Regression: A Conversation with Jürgen Habermas about the Present and His Life's Work. **Theory, Culture & Society**, 2020.

KLEIN, N. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KLIASS, P. Bancos, lucros e juros. **Carta Maior**, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Bancos-lucros-e-juros/7/45018>. Acesso em: 08 out. 2021.

KRASTEV, I. Majoritarian Futures. *In*. GEISELBERGER, H. (org.). **The Great Regression**. Cambridge: Polity, 2017.

LIMA, P.; MEDEIROS, J. Aquém do lulismo: notas críticas sobre a atual reprodução do paradigma do populismo por filósofos políticos brasileiros. **Estudos Políticos**, v. 9, n. 17, p. 177-189, 2018. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/39857. Acesso em: 05 ago. 2021.



LIMA, P. L. Ambivalências da derrota: lições e limites da crítica do populismo em Roberto Schwarz. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, Rio de Janeiro, n. 74, p. 215-232, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/HRfjdLgs4vsRR38khydpwgm/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2021

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUKÁCS, G. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MANNHEIM, K. O pensamento conservador. *In*: MARTINS, J. de S. (org.). **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Hucite, 1981. p. 77-131.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos (1857-8). Esboços de uma crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZEO, A. C. **Estado e Burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MIGUEL, L. F. A democracia na encruzilhada. *In*: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (org.). **Por que gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.

PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PIKETTY, T. **Capital & Ideology**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2020.

SAFATLE, V. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SANTOS, W. G. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SCHWARZ, R. Cultura e política, 1964-1969: alguns esquemas. *In*: SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 61-92.

SCHWARZ, R. Verdade tropical: um percurso de nosso tempo. *In*: SCHWARZ, R. **Martinha versus Lucrecia**: ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 52-110.

SINGER, A. Por uma frente ampla, democrática e republicana. *In*: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (org.). **Por que gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.




NOTAS


TÍTULO DA OBRA

Configurações político-ideológicas no Brasil: ocaso da história e distorção conservadora-autoritária


Fabio Lanza

Doutor em Ciências Sociais (PUC SP); Professor Associado da UEL PR
Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Ciências Sociais, Londrina PR, Brasil
Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (M e D), do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional de Ensino de Sociologia vinculados à Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Laboratório de Estudos sobre as Religiões e Religiosidades da UEL. E-mail: lanza1975@gmail.com; lanza@uel.br
 <https://orcid.org/0000-0003-2807-9075>

Jeferson de Almeida Saraiva Neto

Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR) da UEL. E-mail: jeffcsociais@hotmail.com
 <https://orcid.org/0000-0001-5455-5130>

José Wilson Assis Neves Júnior

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp/Marília. Bolsista Capes. Mestre e bacharel em Ciências Sociais pela UEL. Pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR-UEL). E-mail: nevesjr1991@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0003-0692-0740>

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](https://portal.periodicos.ufsc.br/). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 31 de dezembro de 2020

Aprovado em: 09 de agosto de 2021.